

# Fortalecendo os controles:

## Medidas contra armas pequenas



© ICRC/Philippe Merchez

Uma menina desalojada em São Markande, Nicarágua.

armas. Se guardadas de forma cuidadosa, as armas pequenas podem ter um longo ciclo de vida. Normalmente, várias décadas passam antes que uma arma original se torne inútil, ainda que suas peças componentes, recicladas em novas armas, possam durar ainda mais. As armas pequenas geralmente passam por muitas mãos antes de se tornarem inúteis, complicando ainda mais os esforços de controle. Esse ciclo de vida geralmente começa com a produção e muda para o estágio de posse, mas não termina necessariamente com a primeira posse. Transferência, retransferência e estoque fazem parte do ciclo de vida normal das armas pequenas. Os regimes reguladores que o capítulo analisa são destinados a manter o controle sobre as armas pequenas em vários estágios desse ciclo. Quando os esforços para controlar as armas falham, com frequência elas terminam nas mãos erradas, para os propósitos indevidos.

O rastreamento eficaz de armas pequenas pode ajudar a identificar, e por fim eliminar, as redes de comércio ilícito. As garantias de destino final têm um papel semelhante em prevenir o desvio dessas armas para destinatários e destinos finais não premeditados. Os controles de *brokering* (atividades de intermediários), quando forem desenvolvidos mais tarde, preencherão um

Este capítulo examina uma série de regimes reguladores propostos ou já em vigor nos níveis nacionais, regionais e mundial, com o propósito de controlar as armas pequenas em vários pontos de seu ciclo de vida. A cobertura é seletiva, no entanto as áreas que este capítulo examina são amplamente reconhecidas como componentes chaves de esforços mais abrangentes para controlar as armas pequenas. Essas áreas incluem marcação e rastreamento, certificado de destino final, administração de estoque e a regulamentação da posse civil. Estes estudos são complementados por uma análise de um instrumento específico (o Protocolo de Armas de Fogo da ONU, recentemente concluído), pela região (África Oriental) e pelo tipo de agente (ONGs).

As exigências do regulamento eficaz de armas pequenas são complexas.

Há um reconhecimento crescente da importância do rastreamento e da sua ligação às outras facetas da luta contra as armas pequenas.

Os esforços para o controle de armas pequenas enfrentam uma série de problemas. Um deles é a extraordinária longevidade dessas

espaço fundamental na estrutura reguladora atual, visto que limitarão a liberdade de que certos *brokers* ou intermediários agora exploram quando facilitam as negociações ilícitas de armas. Estoques seguros são igualmente essenciais para combater o desvio, enquanto o regulamento nacional de posse civil é o alicerce dos esforços para minimizar o uso indevido de armas pequenas.

Esses regimes reguladores estão em vários estágios de desenvolvimento. Os controles sobre posse civil, com importantes exceções, são relativamente extensivos, e nos últimos anos a pressão para torná-los mais rígidos têm crescido em muitos países, seja nos desenvolvidos ou nos que estão em desenvolvimento. Por outro lado, o brokering de armas permanece sem regulamento, mesmo em nível nacional, ainda que a atenção reguladora esteja voltada cada vez mais para essa atividade crucial.

Num mundo de Estados soberanos, todos esses regimes estão inevitavelmente enraizados na legislação nacional e nas instituições. O caso da África Oriental ilustra a imprescindível e complexa tarefa de traduzir os compromissos políticos feitos em nível multilateral (sub-regional) em ação eficaz no nível nacional. Enquanto o regulamento nacional permanecerá, a base de esforços de controle mais amplos, a natureza inevitavelmente transnacional da proliferação das armas pequenas faz com que a cooperação entre os países seja indispensável. A necessidade da harmonização de controles de armas pequenas é cada vez mais evidente, embora seja difícil para os estados cautelosos de infrações em sua soberania. Os mecanismos de rastreamento eficazes não podem ser desenvolvidos sem um nível mínimo de harmonização. As garantias de destino final permanecerão expostas ao abuso e à fraude enquanto as práticas dos Estados permanecerem nitidamente divergentes. O desenvolvimento de controles significativos sobre corretagem exigirá amplo acordo sobre definições e alcance da jurisdição.

Documentação falsa de destino final é com frequência usada para desviar armas para o mercado ilícito, em particular as armas pequenas.



*Uma procissão à luz de velas em Zug, Suíça, pouco depois do tiroteio que deixou 15 mortos.*

© Associated Press/Siji Tschler

Esses dois níveis de atividade nacional e multilateral, necessariamente reforçam um ao outro. Qualquer instrumento multilateral conta com implementação nacional para seu sucesso. Muitas vezes, a implementação de tais instrumentos têm um impacto significativo nos sistemas nacionais existentes em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os esforços individuais dos Estados em fortalecer de maneira independente os controles nacionais sobre armas pequenas rapidamente confrontam-se com as limitações impostas por práticas de outros Estado. Dessa forma surge a necessidade para o desenvolvimento de medidas multilaterais destinadas a harmonizar e criar um padrão para esses controles.

O capítulo descreve uma ampla variedade de agentes que estão envolvidos nos níveis nacionais, regionais e mundial, e as propostas para fortalecer os controles de armas pequenas. O capítulo realça em particular os papéis cruciais que as ONGs têm em estabelecer apoio para tais esforços, e em moldar e implementar iniciativas de políticas específicas. O capítulo também enfatiza que o papel principal do controle de armas deve ser desempenhado pelos Estados.